

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da VIII Reunião Extraordinária

No dia 22 de agosto de 2002, às 9h50, teve início a VIII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Dr. Raymundo José Santos Garrido, secretário executivo do CNRH, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Na qualidade de presidente da mesa diretora dos trabalhos, convidou a Dra. Ana Cristina Mascarenhas e o Dr. Roberto Monteiro para o auxiliar. O Dr. Garrido justificou a ausência do senhor Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho, dada a sua extensa agenda que incluía a preparação de uma solenidade no Palácio do Planalto às 15h00. O Dr. Garrido comentou a atuação e o volume de trabalho do Conselho. Disse que as atividades, nos últimos meses, foram bastante intensas e produtivas, destacando a criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Informou que a Câmara já se reunira por duas vezes e seus trabalhos iam avançando com a celeridade desejada. Disse, ainda, que todas as Câmaras do Conselho estavam se reunindo com a frequência mensal prevista e com a presença superior a trinta participantes por reunião, o que significava dizer que havia uma imensa vontade de participação de todos os segmentos ligados ao uso ou gestão da água. O Dr. Garrido falou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas dera um passo importante ao estimular a inserção de “águas subterrâneas” nos planos de recursos hídricos. Disse que o tema “águas subterrâneas” devia ser valorizado, sobretudo porque o Brasil era uma potência ambiental, citando o Aquífero Guarani. Comentou a necessidade que o CNRH teve de revisar a Resolução n.º 5, o que refletia o avanço da experiência brasileira, em particular, com referência aos comitês de bacias hidrográficas. Disse que na Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, temas relevantes foram tratados e destacou a criação de dois grupos de trabalho: um para se ocupar com problemas dos grandes reservatórios artificiais e o outro relativo à outorga para a atividade usuária da água na mineração, que era uma atividade significativa na formação do produto bruto brasileiro. O Dr. Garrido salientou que a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia contava com um novo conselheiro, o Sr. Maurício Mendonça. Informou também que a moção feita pelo Conselho referente à utilização sem controle de poços jorrantes no Piauí, fora acatada, gerando uma liminar que determinava ao Estado do Piauí, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que proibisse através de portaria ou outro ato administrativo, a perfuração de novos poços jorrantes na região do Vale do Guruguia, enquanto não fossem regulamentadas as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, bem como o uso das águas subterrâneas do Piauí, sob pena de aplicação de multa diária em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O Dr. Garrido finalizou os comentários iniciais ressaltando o valioso assessoramento que tem tido do conselheiro Julio Thadeu Kettelhut e sua equipe que compõe a Secretaria Executiva do Conselho, agradecendo a participação de todos os interessados no fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Em seguida, o Dr. Garrido informou a Agenda do Dia. Verificado o *quorum* constatou-se a presença de 22 conselheiros. O Dr. Roberto Monteiro informou que por se tratar de uma reunião extraordinária, somente seriam discutidos assuntos constantes da pauta. O Dr. Raymundo Garrido perguntou se havia alguma matéria de urgência ou matéria a ser retirada de pauta. A conselheira Cristina Yuan apresentou um requerimento de urgência assinado por sete Conselheiros, conforme dispõe o art. 11 do Regimento Interno do Conselho. Diz o requerimento: *“Ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Brasília 22 de agosto de 2002. Senhor presidente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, há muito vem recebendo da sociedade civil, do setor empresarial e dos diversos poderes públicos estaduais, solicitação de ações que visem a busca de um caminho adequado à gestão das águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários, uma vez que essas são objetos de autorização de pesquisa e concessão de lavra do DNPM, desvinculadas de outorga de uso de água subterrânea. Tal procedimento tem causado grandes transtornos, dúvidas e até mesmo conflitos àquelas comunidades onde essas riquezas naturais afloram. Diante disso e considerando que, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, inciso I, cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, em 27 de junho deste ano, instalou um grupo de trabalho composto por usuários, poder público e sociedade civil, como acontece com todos os Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas instituídas no âmbito deste Conselho, com atribuições de promover ações de integração entre a pesquisa e a lavra de águas minerais, termais, gasosas, potáveis, de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos. Em 25 de julho de 2002, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e mais especificamente a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas da qual o nosso segmento indústria é membro foram surpreendidos por Decreto Presidencial de 08 de julho de 2002 que compôs um grupo de mesma finalidade do GT constituído no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, entretanto, sem a participação efetiva da sociedade civil e usuários,*

conforme diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse sentido, os Conselheiros abaixo
subscritos requerem nos termos do artigo 11, do Regimento Interno deste Conselho, urgência na
apreciação pelo Plenário da proposta de moção com o objetivo de um aperfeiçoamento ao decreto
citado, visando a otimização das ações, a integração de competências e o cumprimento das
determinações legais contidas na Lei nº 9.433/97". Na sequência, a conselheira Cristina Yuan leu a
proposta de moção dirigida aos excelentíssimos senhores Ministros do Meio Ambiente, de Minas
Energia, de Saúde e de Esportes e Turismo, com vistas à alteração do Decreto Presidencial S/Nº, de 8
de junho de 2002 (anexo I). O Dr. Raymundo Garrido agradeceu a conselheira Cristina Yuan e disse
considerar que esse tema, objeto do pedido de urgência, não representava problema para as águas
subterrâneas do Brasil, embora fosse um ardoroso defensor do caráter democrático das discussões do
Conselho. Disse, então, que o CNRH deveria reavaliar a continuidade do tema na pauta do dia,
devendo retornar em uma próxima reunião, já que o requerimento estava dirigido ao presidente do
Conselho, que não estava presente. Enfatizou que logo que tomou conhecimento da edição do
Decreto, procurou o Senhor Ministro José Carlos Carvalho que promoveu uma reunião com o
presidente da Agência Nacional de Águas. Disse que os argumentos que a ANA apresentara ao Senhor
Ministro eram de questões administrativas, posto que ali estavam tratadas matérias da organização
administrativa do Governo. Comentou que o Dr. Jerson Kelman, após a publicação do Decreto, enviara
um ofício a ele, solicitando a indicação de um membro da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas para
participar dos trabalhos que estavam previstos no contexto do Decreto e que isso, de certa forma,
amenizava a situação do Conselho de não haver sido citado no mesmo. Enfim, disse que se o Conselho
estivesse tratando de uma questão cuja possibilidade de ofensa a alguma instituição fosse iminente,
fosse irremediável, poderia talvez aplicar todo o tempo de uma reunião para tratar disso, mas no
momento a matéria tratava da organização administrativa do governo. Pediu a compreensão de todos
para que, diante dos fatos que narrara, que os conselheiros que pediram urgência deixassem o tema
para uma próxima reunião. A conselheira Cristina Yuan agradeceu os esclarecimentos do Dr. Garrido
que, inclusive, vieram complementar informações que não eram do conhecimento de grande parte dos
Conselheiros e disse que, em absoluto, as suas colocações invalidavam o objetivo da moção, que era
uma expressão da manifestação do Conselho, em relação a um assunto que lhe dizia respeito e sobre
o qual tinha competência. Por outro lado era preciso reavaliar se o Conselho constituía inutilmente, e
de forma totalmente incompetente, um Grupo de Trabalho que não teria competência para tanto.
Esclareceu que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas ao constituir um Grupo de Trabalho, do qual
ela tinha a honra de fazer parte, pois sempre participara ativamente de todas as discussões no
Conselho e era por isso que se sentia no direito e na obrigação de levantar qualquer assunto que
pudesse desmotivar o trabalho do CNRH, e particularmente da Câmara Técnica de Águas
Subterrâneas. Disse que não havia demérito algum, por parte da CTAS em relação ao Grupo de
Trabalho, designado pelo Sr. Presidente da República, mas era preciso que se lembrassem que o CNRH
existia e que estava trabalhando e se esforçando. O conselheiro Mauro Viegas disse que o assunto era
delicado e que Conselho ficaria arranhado. Lembrou que em um outro dia poderia sair um outro
decreto do Ministério de Minas e Energia, por exemplo, com relação à energia e água no conteúdo, e
que o CNRH tinha que mostrar a todos que realmente não custava nada discutir essas questões, ou
seja, incluí-lo no Grupo de Trabalho do Decreto, uma vez que o CNRH era o parlamento técnico na
área de recursos hídricos. Afirmou que o que desejava era reparar a falta de representatividade do
Conselho. O Dr. Garrido disse que tinha absoluta convicção de que um Decreto Presidencial, ato do
chefe maior da Nação, não tinha a pretensão de arranhar ninguém e nenhuma instituição. A
conselheira Cristina Yuan pediu ao Dr. Garrido esclarecimento sobre o Regimento Interno do Conselho
onde previa que, na ausência do presidente do CNRH, o secretário-executivo respondia pela
presidência. Disse então que ela não via obstáculo para que o Plenário pudesse apreciar o tema,
porque ele era totalmente soberano. Colocou que a discussão do assunto era muito importante,
considerando que alguns dos atores que participavam do Grupo de Trabalho do Decreto eram pessoas
que participavam do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. O que estava
pleiteando na Moção era que fosse atendida a Lei. O Dr. Garrido disse que no Regimento era clara a
substituição na presidência, mas que embora estivesse presidindo a reunião, e daí pediu a
compreensão de todos, não se sentia à vontade de não comunicar ao Ministro sobre um requerimento
de urgência. Era como se na interinidade, permitisse a discussão de alguma questão mais estrutural
sem que o titular tomasse conhecimento. Isso ele não considerava atitude correta perante o
Presidente do Conselho. O Dr. Garrido, então, perguntou ao Plenário se concordariam que ele levasse
o assunto, primeiramente, ao Ministro e que a Moção viesse a ser objeto, na forma do regimento, da
pauta de uma próxima reunião. A conselheira Cristina Yuan disse que entendia o desconforto do Dr.
Garrido e consultou os signatários do requerimento de urgência se concordavam com a solicitação do
Presidente em relação à tramitação do assunto. Os signatários concordaram e o Dr. Garrido agradeceu
o voto de confiança. O Dr. Roberto Monteiro leu a Ordem do Dia e a lista de novos conselheiros a

serem empossados, de acordo com as portarias CNRH nºs 5 e 9. O Ministério da Ciência e Tecnologia: Sr. Maurício Otávio Mendonça Jorge como Conselheiro Titular e o Sr. Cláudio Eduardo da Costa Júdice como Conselheiro Suplente; O Ministério da Defesa: Capitão de Mar e Guerra Maurício Meireles da Costa como Conselheiro Suplente; o Ministério da Fazenda: Sr. Maurício Canêdo Pinheiro como Conselheiro Titular e a Sra. Symone Oliveira Lima como Conselheira Suplente; Agência Nacional de Energia Elétrica: Sr. Jaconias de Aguiar como Conselheiro Titular e o Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho como Conselheiro Suplente; e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos da Região Norte: Sr. Lívio William Reis de Carvalho do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Tocantins como Conselheiro Suplente. O Dr. Raymundo Garrido declarou empossados os novos membros e deu-lhes boas vindas. Passando ao **item 1** da pauta, aprovação das Atas da VI e VII Reuniões Extraordinárias do CNRH, a conselheira Maria Aparecida Vargas, solicitou algumas alterações. Anotadas as observações e não havendo mais comentários, as atas foram aprovadas. Seguindo para o **item 2** da pauta, análise da proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados. O conselheiro Julio Thadeu Kettelhut apresentou a matéria explicando que a proposta de resolução fora elaborada pela Câmara Técnica de Análise e Projeto e dizia respeito ao inciso III, do artigo 35, da Lei nº 9.433/97. No artigo da Lei estava claro que a intenção era trazer ao Conselho projetos que causassem grandes repercussões, como por exemplo, a transposição do Rio São Francisco ou uma grande indústria que estivesse despejando dejetos no limite entre estados. Falou que com a redação da Lei, o entendimento era que qualquer projeto viesse ao CNRH. Assim, a Câmara Técnica achou por bem tentar colocar filtros. Disse que não se estava modificando a Lei. Aquilo que pudesse ser resolvido no âmbito de um comitê de bacia, como a própria Lei dizia, resolver-se-ia no âmbito de comitê de bacia e não precisaria vir para o CNRH. Viriam para o Conselho os grandes projetos demandados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e em rios de domínio da União, eles passariam primeiro pela Agência Nacional de Águas – ANA, porque aquela Agência era responsável pela emissão de outorgas em rios de domínio da União e entendia que ao conceder a outorga, ela estaria, de certa maneira, resolvendo possíveis conflitos. O conselheiro Mauro Viegas pediu vistas da proposta de resolução argumentando que o artigo 1º não deixava claro quais seriam as repercussões que extrapolariam o âmbito dos estados. Solicitou ao Plenário que a matéria fosse encaminhada a CTIL, para em conjunto com a CTAP, detalhassem melhor o assunto. Os conselheiros Jaconias, Carlos Eduardo Alencastre e Oscar Cordeiro reforçaram o pedido de vistas. O Dr. Garrido, em consenso com os conselheiros, estipulou o prazo de 13 de setembro para que fossem encaminhadas as sugestões de alteração do texto da proposta de resolução e ser novamente discutida em uma reunião conjunta entre CTIL e CTAP em data a ser agendada posteriormente. Segundo o Regimento, a matéria teria que ser pauta da próxima reunião do CNRH. Seguindo ao **item 3** da pauta, análise da proposta de resolução da Agência Nacional de Águas – ANA que estabelece procedimentos a serem adotados para emissão do Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH, em atendimento ao estabelecido no Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, a palavra foi passada ao conselheiro Jair Sarmento para apresentar o assunto. O conselheiro Jair disse que o Decreto Presidencial era uma daquelas medidas de governo tendentes a trazer para o exercício da função pública, a transparência, a seriedade e, sobretudo a moralidade no uso de recursos públicos. Disse que todas as obras financiadas pelo poder público, muitas vezes, careciam de acompanhamento e fiscalização adequadas. No caso, a iniciativa do Decreto Presidencial se referia a obras de infra-estrutura hídrica de reservação e adução de água bruta. Destacou que o Decreto Presidencial se cingira ao campo no qual a ANA e o Conselho deveriam trabalhar. O que na verdade o Decreto determinava que a ANA deveria estabelecer os procedimentos para esta certificação das obras, que era um elemento condicionante para o financiamento por parte da União em articulação com o CNRH. Explanou que a ANA desde o início procurou ouvir o Conselho e as suas Câmaras Técnicas, não apenas quanto aos procedimentos e critérios de ordem geral, o que resultou na proposta. O conselheiro Abcalil questionou o artigo 2º, sobre o que se entendia por recursos financeiros da União. A conselheira Dilma respondendo, disse que essa definição constava do artigo 2º, do Decreto nº 4.024. Portanto, se o recurso era a fundo perdido ele entrava no orçamento geral da União, e, portanto ele seria considerado. O conselheiro Jaconias questionou o artigo 3º, quanto à possibilidade de estar havendo uma duplicidade de exigências em relação à outorga para o empreendedor. O Dr. Rogério Menescau esclareceu que o artigo 5º existia justamente para se obter uma sinergia entre a parte de outorga e o CERTOH. O conselheiro Oscar Cordeiro disse que não existia no corpo da resolução nenhuma imposição de prazo de análise pela própria ANA. A conselheira Dilma disse que essa questão estava tratada no artigo 3º do Decreto e que iria levar esta sugestão à Diretoria Colegiada da ANA. O conselheiro Demetrios Christofidis pediu vistas à resolução da ANA para que voltasse à Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais. Disse que notara que o próprio Decreto continha algumas impropriedades e que seria necessário trabalhar um pouco mais. Decreto. Disse que fora distribuída a resolução nos órgãos do Ministério e houveram contribuições, que por falta

184 de tempo hábil não foi possível trazer para o Conselho. Disse que tinha, também, contribuições de
185 pessoas que trabalharam no próprio Decreto, na época, em conjunto com a ANA. O conselheiro Aloísio
186 Ferraz também pediu vistas da matéria e disse que duas coisas o preocupavam: o prazo de sessenta
187 dias para que fosse emitido o Certificado era muito longo e poderia dificultar a execução das obras; e
188 o valor de R\$ 10 milhões. Argumentou que esse valor era muito alto, considerando que a maioria das
189 obras, principalmente do Nordeste, estariam fora disso. O conselheiro Paulo Paim disse que não era a
190 primeira vez, nem a segunda, nem terceira que ocorreram fatos de que uma dada categoria e uma
191 dada instituição que perdia, ou o porquê dos motivos, não conseguia que os seus desejos ou suas
192 expectativas fossem atendidas na Câmara Técnica, deixavam que o processo viesse ao Conselho para
193 pedir vista. Disse que se preocupava que esse procedimento virasse hábito dentro do Conselho e aí a
194 função da Câmara Técnica estaria totalmente esvaziada. O conselheiro Demetrios enfatizou que não
195 houvera tempo porque a resolução tramitara em uma Câmara Técnica da qual não tinha participação,
196 a Câmara de Análise de Projeto. Na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, que era a que
197 participava, fora pauta de apenas uma reunião. O Dr. Garrido salientou que aí ficava uma lição para
198 que todos os conselheiros ficassem em dia com a temática de todas as câmaras técnicas. O
199 conselheiro Abicalil disse que o objeto do decreto e o objeto da resolução eram absolutamente
200 pertinentes e adequados inclusive, por ter participado da discussão da minuta oficial do Decreto. O que
201 talvez precisasse ser feito era um aprimoramento do texto do Decreto. Sugeriu, então que o Conselho
202 aprovasse a resolução como estava apresentada e na mesma aprovação desse uma indicação para o
203 aprimoramento do Decreto. O conselheiro Di Bella disse que, na resolução, em nenhum momento
204 estava se discutindo a questão dos usos múltiplos, dos usos concorrentes em reservatórios. Lembrou
205 que a CTPOAR tinha um Grupo de Trabalho para estudar a outorga de reservatórios artificiais e essas
206 questões poderiam ter sido ali analisadas com profundidade. Então, na medida que se propunha um
207 Certificado, ele gostaria de entender um pouco mais a questão dos usos múltiplos dessa concorrência
208 de usos. A conselheira Dilma disse que em momento nenhum a ANA e, sobretudo, a equipe da
209 Superintendência de Eventos Críticos, considerava que esse era um assunto trivial. O que estava
210 propondo ocorria a partir de duas preocupações básicas relacionadas com conceito de
211 sustentabilidade. A primeira era garantir que existisse disponibilidade hídrica para qualquer
212 empreendimento. Este era o ponto principal, e que existissem estudos que assegurassem o retorno
213 social e econômico para aquele investimento em termos de desenvolvimento regional. A segunda era
214 que existissem mecanismos de gestão econômica/financeira para a operação da infra-estrutura. Essa
215 questão vinha afetando profundamente o resultado social e econômico dos investimentos em infra-
216 estrutura no país. Afirmou também que aplica recursos, o ano todo, mês a mês, para operar e manter
217 os empreendimentos era preciso que o empreendimento, o projeto e o estudo de concepção
218 considerassem quais seriam os mecanismos institucionais de gestão que iriam ser implementados ou
219 aprimorados para que a infra-estrutura fosse gerida. Afirmou que essa resolução fora discutida
220 fortemente dentro da ANA juntamente com a equipe do Proágua e que várias questões que estavam
221 na resolução tiveram inspiração no manual do Proágua. Disse que havia muito ainda a ser melhorado.
222 Argumentou que tinha na ANA uma lista de projetos a serem analisados e emitidos certificados. Então,
223 o não encaminhamento da proposta, mesmo sabendo que necessitava ser aprimorada no futuro,
224 estaria trazendo um desserviço à sociedade naquele momento. Disse que era preciso colocar a
225 resolução em prática com a perspectiva de resolver as questões, soltar os projetos que estavam lá
226 para serem analisados e dar uma resposta à sociedade que estava solicitando. Ao mesmo tempo, teria
227 o compromisso de aprimorar a resolução e trazê-la de volta ao debate após a reflexão decorrente de
228 sua prática. O conselheiro Abicalil deu algumas sugestões para o texto da resolução que dispõe sobre
229 o certificado, recomendando a revisão posterior do Decreto. Segundo o conselheiro Aloísio Ferraz
230 alguns itens da resolução já estavam contemplados em documentos anteriores como, por exemplo, a
231 exigência da documentação que comprovava estudos hidrológicos. Todo projeto básico tinha que ter
232 um estudo hidrológico, era a primeira providência a ser aprimorada, principalmente, no que se referia
233 ao acompanhamento do processo. Estava dito na resolução que caberia à ANA fazer um
234 acompanhamento dos operadores, sem definir qual os critérios para avaliação dos operadores. Disse
235 que o instrumento proposto era importantíssimo, mas acreditava que ele deveria sair do Conselho
236 muito mais robusto e muito mais aderente à necessidade e ao objetivo que ele se destinava. O
237 conselheiro Julio Thadeu disse que julgava o Decreto n.º 4.024/2001 uns dos decretos mais
238 importantes que saíram nesse governo. Para ele, o Decreto veio com o intuito de moralizar ou tentar
239 organizar atividades. Disse que até recentemente a preocupação principal do empreendedor público,
240 fosse ele federal, estadual ou municipal, era na ação de construção, esquecendo-se da questão de
241 operacionalidade e isso trazia perda de recursos financeiros. Enfatizou que já existia uma demanda de
242 projetos na ANA, seguindo esse Decreto. Disse que o conselheiro Demetrios, em reunião da CTIL,
243 sugerira correções no Decreto, mas não cabia a CTIL discutir o teor do decreto, mas recomendar aos
244 ministros uma revisão futura. Lembrou que o Decreto incumbiu à ANA de fazer uma resolução sobre o

245 assunto, ouvindo o Conselho. Então, se houvesse sugestão de modificações essas precisavam ser
246 feitas em consenso com a ANA e isso poderia ser feita numa reunião conjunta de todos os
247 interessados. A mudança do Decreto tinha que ser feita em outra instância. O Dr. Garrido lembrou que
248 a ANA era uma entidade da administração indireta, e, portanto, a própria Lei nº 9.984/00, que a
249 criara, estabelecia que ela tinha autonomia administrativa. Ela estava ouvindo o Conselho, e o
250 Conselho estava dizendo o que pensa, não querendo invadir autonomia administrativa da ANA em
251 nenhum momento. O conselheiro Mauro Viegas disse que o assunto era complexo e sugeriu que
252 retornasse à ANA com as sugestões apresentadas e que isto fosse levado à Diretoria Colegiada, para
253 que na próxima reunião, a ANA trouxesse a resolução e decreto ajustados. A conselheira Dilma pediu
254 que o Plenário do Conselho referendasse a resolução da ANA com condicionantes. Disse que a maioria
255 absoluta das questões colocadas se referiam ao Decreto, o qual não teríamos condições de trabalhar
256 agora. Afirmou que considerava que a questão colocada pelo conselheiro Oscar, era de fácil solução,
257 mediante o transporte do art. 3º do Decreto para o corpo da resolução. As demais questões eram
258 relativas ao Decreto, o que poderia ser aprimorado posteriormente e outras questões demandariam
259 efetivamente uma prática maior. Nesse sentido propôs que a ANA, num prazo de seis meses a contar
260 daquela data, voltasse o assunto ao Conselho com os aprimoramentos, fruto das discussões ali
261 estabelecidas e de outras adquiridas com a prática. Repetindo, disse que estava propondo que a
262 resolução contivesse o art. 3º do Decreto, que era a questão do prazo de 60 dias e que, em seis
263 meses a contar daquele dia, voltaria ao Conselho, com as alterações adivindas desta discussão, e
264 também da prática, que era o exercício do trabalho técnico a partir da resolução. O conselheiro
265 Demetrios questionou se as propostas dele, assim como as dos outros seguimentos, seriam analisadas
266 para fim de incorporação à Resolução. O Dr. Garrido afirmou que as colocações feitas na reunião
267 seriam objeto de encaminhamento à ANA. O conselheiro Demetrios ponderou a necessidade de
268 participar das reuniões da CTAP, como convidado, para poder melhor colaborar com o aprimoramento
269 da resolução, assim como do Decreto. O conselheiro Martinho salientou o caráter provisório da
270 resolução, nos termos em que foi proposto pela Dra. Dilma, sugerindo não se onerar o processo, com
271 relação às exigências do projeto básico, o que poderia ser concomitante com os procedimentos de
272 outorga. O conselheiro Abicalil apoiou a proposta da conselheira Dilma e questionou o porquê do não
273 acatamento da sua proposta. A conselheira Dilma, em resposta, ponderou que as colocações do
274 Conselheiro Abicalil eram da mesma natureza de outras que foram feitas e que precisariam ser vistas
275 no contexto de um aprimoramento mais amplo. Quanto à sugestão do Conselheiro Oscar, ela entendia
276 que era mais simples, pois só previa a transcrição de um artigo do Decreto para a resolução. Disse que
277 iria dentro da sua proposta, no prazo de seis meses refletir, discutir mais, dar uma coerência e uma
278 lógica a todas as sugestões. O Dr. Garrido comentou que conforme proposta da ANA, que o CNRH em
279 seis meses a fazer essa discussão novamente, e questionou o Plenário, indagando se alguém tinha um
280 caminho melhor para propor. Não havendo manifestações, foi aprovada a proposta da conselheira
281 Dilma, nos termos apresentados. Às 12h30 foram encerrados os trabalhos, tendo seu reinício às
282 14h30. O Dr. Garrido propôs ao Plenário que se iniciasse os trabalhos com a palestra do Dr. José
283 Tubino, **item 11** da pauta, representante da FAU no Brasil, o qual foi convidado para compor a mesa.
284 Explicou que o Dia Mundial da Segurança Alimentar seria celebrado no dia 16 de outubro próximo e
285 que convidara o Dr. José, para fazer breves comentários alusivos a esse dia, aproveitou, para convidar
286 também a todos, para participarem das atividades programadas. O Dr. José Tubino agradeceu ao
287 convite e discorreu sobre o tema do dia mundial da alimentação do ano 2002. Dando prosseguimento
288 à Ordem do Dia, o Dr. Garrido passou ao **item 10** da pauta, referente à apresentação da proposta do
289 Ministério do Meio Ambiente, relacionada aos Recursos Hídricos, a ser apresentada na Conferência das
290 Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio + 10), no período de 26 de agosto a 04
291 de setembro de 2002, em Joanesburgo – África do Sul. Com a palavra o Dr. Roberto Coimbra, Gerente
292 de Políticas e Diretrizes da Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, discorreu
293 sobre o tema, salientando os principais pontos constantes do documento, traçando um cenário de
294 metas e prazos a serem alcançados pelo Brasil. Concluída a apresentação, o Dr. Garrido fez alguns
295 esclarecimentos sobre alguns índices e metas e agradeceu ao Dr. Coimbra pela apresentação,
296 estendendo os agradecimentos a Dra. Marta Pedrosa e ao Dr. Jörgen Lewesteim, responsáveis
297 também pela elaboração do referido documento. Foi aberto espaço para esclarecimentos. Finalizado o
298 assunto, passou-se ao **item 4** da pauta, referente à análise da solicitação encaminhada pela Diretoria
299 Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, referente à prorrogação, por seis meses, do
300 prazo para instalação daquele Comitê. Dito isso, solicitou que o conselheiro Julio Thadeu, presidente
301 da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, tecesse comentários sobre a matéria. O
302 conselheiro Julio falou que a solicitação para prorrogação do prazo por mais seis meses fora feita pela
303 Diretoria Provisória do Comitê, que estava incumbida das funções específicas de propor o regimento
304 interno, organizar a escolha dos membros do Comitê, bem como coordenar a organização e instalação
305 do mesmo e encontrava-se de acordo com o previsto na Resolução nº 18 do Conselho, que permitia a

306 prorrogação de prazo para o desenvolvimento dos trabalhos necessários à instalação do Comitê,
307 previsto anteriormente na Resolução nº 5, desde que a mesma viesse acompanhada de justificativa
308 devidamente fundamentada e obedecido o prazo de 40 dias antes do término do mandato da diretoria
309 provisória. Conforme a justificativa apresentada, a prorrogação do prazo possibilitaria uma mobilização
310 mais acentuada da sociedade para cumprir as metas anteriormente estabelecidas, de uma forma mais
311 democrática e participativa. Por fim, falou que a solicitação fora devidamente analisada pelos técnicos
312 da Secretaria Executiva, no que tangia à parte administrativa do processo, tendo sido atendido todos
313 os requisitos previstos na Resolução 18. Após, foi remetida à Câmara Técnica de Assuntos Legais e
314 Institucionais - CTIL, sendo analisado por seus membros, que encaminharam ao Plenário parecer
315 favorável à aceitação da prorrogação do prazo. O Dr. Garrido agradeceu ao conselheiro Julio Thadeu e
316 colocou a matéria em discussão. O conselheiro Jair Sarmento, representante da Agência Nacional de
317 Águas – ANA, falou que a ANA acompanhava não apenas o processo relativo ao Comitê de Bacia
318 Hidrográfica do Rio Doce, como também dos demais Comitês criados pelo CNRH e que, o Comitê do
319 São Francisco, em particular, também já fora objeto do mesmo pedido de prorrogação de prazo.
320 Conforme apresentado pelo conselheiro Julio Thadeu, os membros da Diretoria Provisória, no caso Dr.
321 Celso Castilho - presidente e o Dr. Domingos Sávio - secretário executivo, formularam esse pedido
322 justificando a necessidade de maior articulação na bacia. Falou que considerava importante lembrar da
323 existência de vários grupos de entidades não governamentais reunidos em torno do movimento Pró-
324 Rio Doce, acrescentando que todos ali presentes dispunham de documentação em mãos que mostrava
325 todo o conjunto de eventos de mobilização que estavam em curso na Bacia do Rio Doce, envolvendo
326 os Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. Falou ainda ser possível notar um amplo processo de
327 mobilização nesse trabalho, iniciado formalmente no mês de maio, quando os recursos foram
328 devidamente liberados por parte da ANA. O trabalho em andamento constituía o esforço voluntário de
329 diversas instituições de usuários, de organizações da sociedade civil e de entidade governamentais,
330 coordenado pelo movimento Pró-Rio Doce e encontrava-se orçado em cerca de seiscentos mil reais,
331 sendo quase quinhentos mil aportados pelo orçamento da ANA e cerca de cem mil como contrapartida
332 do movimento Pró-Rio Doce. Citou o material distribuído, especificamente o cronograma de trabalho,
333 disse que as etapas e atividades previstas vinham sendo cumpridas rigorosamente, sendo o prazo final
334 para a instalação do Comitê o dia treze de dezembro, correspondendo aproximadamente há quatro
335 meses. A Diretoria Provisória estava sendo prudente ao solicitar mais seis meses, considerando que
336 imprevistos poderiam acontecer, uma vez que se tratava de um ano eleitoral. Por fim, acrescentou que
337 a equipe da ANA, bem como todos os envolvidos na condução do processo encontravam-se disponíveis
338 para prestar esclarecimentos mais detalhados quanto às informações constantes da documentação
339 distribuída e que ele defendia a prorrogação do prazo. O Dr. Garrido agradeceu ao conselheiro
340 Sarmento e leu a proposta do documento do Conselho que formaliza a prorrogação do mandato da
341 Diretoria Provisória do Comitê da Bacia do Rio Doce, distribuída a todos os conselheiros. O Dr Garrido
342 colocou em votação a matéria, que obteve 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma
343 abstenção. Passando ao **item 5** da ordem do dia que trata da Análise da Proposta da Resolução que
344 define novos membros para as Câmaras Técnicas de Análise de Projeto, Ciência e Tecnologia, Gestão
345 de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de
346 Outorga e Ações Reguladoras, o Dr. Garrido solicitou ao conselheiro Julio que apresentasse a matéria.
347 O conselheiro Julio expôs que em algumas CTs foram abertas vagas referentes a membros que por
348 algum motivo desistiram de participar ou foram excluídos por falta, na forma do Regimento Interno do
349 CNRH. Decorrente deste fato houve necessidade de se complementar o seu número. Lembrou o
350 procedimento adotado pelo CNRH para a designação de membros para a CT de Cobrança, onde o
351 número de interessados foi maior que o número de vagas, ocasião em que se decidiu que, na medida
352 em que fossem abertas as novas vagas na CTs, os representantes que não tiveram seu pedido de
353 participação atendido na época da constituição da CT, seriam chamados segundo uma certa ordem.
354 Disse que a CTIL estava sugerindo ao Conselho, a adoção da mesma metodologia para o
355 preenchimento de vagas nessas CTs, onde existissem segmentos interessados que não tivessem sido
356 contemplados no passado. Informou que a CTIL analisara, segundo todos os critérios de pertinência,
357 de proporcionalidade entre o conjunto de segmentos e estava recomendando o preenchimento das
358 vagas pelas entidades mencionadas na proposta de Resolução. Propunha também, para as CTs onde
359 existissem mais interessados que vagas, um certo estabelecimento de prioridade para eventuais
360 substituições. Isso visando agilizar o trabalho do Conselho. Sugeriu ainda que essa metodologia fosse
361 incorporada ao Regimento do CNRH. Informou que, duas outras CTs, onde o número de interessados
362 hoje era menor do que o número de vagas disponíveis foi feito uma convocatória procurando
363 interessados. Informou que de acordo com as manifestações recebidas, foram preenchidas vagas
364 nestas duas CTs. O Dr. Garrido pôs em discussão a matéria. O conselheiro Maurício Meireles informou
365 que já conversara com o conselheiro Julio Thadeu e disse que não havia necessidade da Resolução
366 definir o Comando da Marinha, pois o Ministério da Defesa tinha o poder para designar quem ele bem

entendesse, entre as três armas, para representá-lo, solicitando que fosse retirado o Comando da Marinha da proposta de Resolução, permanecendo apenas o Ministério da Defesa. Não havendo mais manifestações foi colocada em votação a proposta de Resolução, sendo a mesma aprovada com 20 votos a favor, contra zero, abstenções zero. Entrando no **item 6** da pauta, referente à análise da Proposta de Moção ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia, que trata da solicitação da adoção de medidas para a implementação do Programa de Água Subterrânea para a região Nordeste, a palavra foi passada à conselheira Regina Cancelieri para apresentar a matéria. Esta informou que na reunião da CT de Águas Subterrâneas, foi produzida a proposta de Moção, cujo encaminhamento feito pelo Dr. Simanke e passou à leitura, propondo que se houvesse alguma dúvida, seria esclarecida no andamento. Feita a leitura do encaminhamento, o Dr. Garrido pôs em discussão a matéria. O conselheiro Jair Sarmento ponderando sobre o tema pediu vistas à matéria, justificando seu pedido reportando-se à instalação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco que abrangia uma parte significativa da Região em questão, informou que estavam discutindo no âmbito do Comitê os termos de referência, para um plano de gestão da bacia do Rio São Francisco e que devia, por força da doutrina com que este conselho orienta a gestão das águas no país, envolver tanto as águas superficiais quanto subterrâneas de maneira integrada. Ponderou que seria prudente que se levasse em conta a dinâmica de instalação do comitê e o conjunto de atividades planejadas no âmbito da região, ao invés de apoiar uma ação isolada de uma instituição em particular, por mais respeito que ela merecesse. Disse ainda que o objetivo era buscar a integração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM nesse processo de discussão, com vistas a valorizar a iniciativa que provinha justamente dessa instituição, no âmbito da CT. Com a palavra, o conselheiro Oscar Cordeiro disse que acompanhava a avaliação técnica que fora feita pelo conselheiro Jair Sarmento e que se sentia desconfortável em aprovar uma Moção que não tivesse conhecimento do programa a que se referia, pedindo um tempo entre essa reunião e a outra para analisar um pouco mais a proposta, dizendo que também acompanhava a ANA no pedido de vistas. Com a palavra, o conselheiro Aloísio Ferraz disse que, como representante da Região Nordeste, não podia deixar de fazer a sua manifestação a respeito do assunto. Disse que o Nordeste entendia que um programa de aproveitamento de águas subterrâneas para região era de grande importância. Afirmou que o aproveitamento das águas subterrâneas no nordeste vinha sendo feito, ao longo do tempo, em função das calamidades e das secas, e que ele entendia que isso era preciso mudar, que era preciso haver um planejamento consistente e permanente sobre este tema. Disse que não estava contra integralmente ao texto da Moção e se preocupava quando via colocações como a que fizera o conselheiro Sarmento e outras pessoas, a uma instituição como a CPRM e gostaria de propor que fosse dirigida a Moção a outros Ministérios que tivessem atuação em águas subterrâneas, a exemplo do Ministério da Integração Nacional. Disse que desconhecia o programa da CPRM e que era preciso mais esclarecimentos para se posicionar sobre o assunto. A conselheira Regina Cancelieri, fazendo uso da palavra informou que a CPRM fizera uma exposição na CT e que também fizera uma apresentação do trabalho na ANA, defendendo a manutenção da Moção. O Dr. Garrido agradeceu e ponderou que não havia, como a conselheira mencionara, nenhuma desconsideração ao trabalho da CT ou da CPRM, dizendo que a questão era regimental, com relação ao pedido de vista. Disse que teria que conceder o prazo. Sugeriu, por fim, uma nova apresentação do programa no Plenário do CNRH. Com a palavra o conselheiro Julio Thadeu fez uma reflexão sobre os procedimentos das CTs e do próprio CNRH sobre a aprovação de matérias. Ponderou que o pedido de vistas implicava que quem pediu vistas tinha que se manifestar em prazo determinado e que achava que o problema maior fosse talvez o desconhecimento de alguns conselheiros sobre o que tratava esse programa. Sugeriu que ao invés ao pedido de vistas, que essa Moção fosse reencaminhada ou fosse reconduzida ao Conselho na próxima reunião, seja ela Ordinária ou Extraordinária, acompanhada de uma apresentação da CPRM. Ponderou que o simples fato de se discutir uma Moção no CNRH, já causava um certo movimento nos órgãos envolvidos, propondo que esta matéria retornasse ao CNRH, na próxima reunião, com uma apresentação da CPRM sobre o assunto, para deliberação. O conselheiro Jair com a palavra, disse que não pretendia inibir o andamento e o mérito da Moção, disse que se sentia desconfortável para votar a favor, assim e como para votar contra, razão pela qual requereu vistas, com o intuito de valorizar e talvez dar um enquadramento adequado para Moção, assim como valorizar o comitê, não lhe impondo uma coisa de cima para baixo e sim deixando que ele decidisse sobre os assuntos que lhe eram pertinentes. Disse que estava de acordo com a idéia de uma exposição no Plenário. Manifestou-se pela necessidade de uma maior interação entre as CTs e o Plenário. Concluiu dizendo que a sugestão do conselheiro Julio Thadeu, salvo naturalmente a intervenção do conselheiro Oscar que também pedira vistas, parecia um encaminhamento melhor do que o pedido de vistas e que a matéria retornasse na próxima reunião. Com a palavra, o conselheiro Paim disse que sua participação tinha dois objetivos, um era apoiar a proposta do conselheiro Julio Thadeu a respeito da Moção e esclarecer, por uma questão de coerência, a valorização ou não do trabalho da CT, a partir da sua participação pela manhã. Disse entender ser

428 situações completamente diferentes, ao mesmo tempo que era preciso valorizar os trabalhos das CTs,
429 era preciso entender que eram dois níveis completamente diferentes. Ponderou que diferente do que
430 falara pela manhã e de outras situações semelhantes que já ocorreram, quando uma dada instituição
431 perde na eleição na CT e retoma a discussão no Conselho, aí sim, haveria a desvalorização do trabalho
432 da CT, o que não ocorria no presente caso, posto que não conhecia o trabalho e que tinha o maior
433 interesse de conhecer. A segunda questão era que a Moção era absolutamente pertinente, o que se
434 estava discutindo era o seu encaminhamento, o caminho estratégico que estava sendo dado a ela,
435 manifestando-se pela valorização do comitê como base da política. O Dr. Garrido agradeceu e passou
436 a palavra ao conselheiro Oscar Cordeiro. O conselheiro Oscar Cordeiro disse que retirava o pedido de
437 vistas desde de que fosse feito um exercício de se repensar a redação a Moção, buscando talvez não
438 personalizá-la, e que fosse realizada a apresentação do programa na próxima reunião. Com a palavra,
439 o conselheiro Torsani reportou-se a um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, dos anos de
440 90, já com dez ou doze anos de existência, chamado Monitoramento de Tempo Clima e Recursos
441 Hídricos, e que tinha uma estrutura em todos os estados. Discorreu sobre o programa e disse que a
442 maioria dos conselheiros talvez o desconhecesse. Alertou para a necessidade de se fazer uma ligação
443 entre as águas superficiais e subterrâneas. Ponderou que o CNRH devia conhecer todos os programas
444 que hoje estão nas prateleiras dos diversos órgãos, sugerindo uma apresentação do programa do MCT,
445 com vistas à integração de políticas. O Dr. Garrido, resumindo a matéria, concluiu que os pedidos de
446 vistas haviam sido substituídos pelo encaminhamento da apresentação do programa da CPRM na
447 próxima reunião do CNRH, bem como fossem revistos os termos da Moção, encaminhando-se a
448 matéria de volta a CT. Passando para o **item 7** da Ordem do Dia, que trata da análise Proposta de
449 Moção ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
450 Tecnológico CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs, e
451 Universidade Federal do Ceará - UFC, referente à solicitação da adoção de medidas para implantação
452 do curso de doutorado em geologia na UFC, área de concentração, Hidrogeologia, o Dr. Garrido
453 convidou a conselheira Regina para tecer comentários sobre a matéria. A conselheira Regina explicou
454 que houvera uma solicitação da Universidade e que esse assunto fora discutido na CTAS, passando à
455 leitura do encaminhamento do Dr. Simanke, que sugeria a aprovação do CNRH. Com a palavra, o
456 conselheiro Oscar ponderou que não caberia uma Moção dessa natureza para criar especificamente um
457 curso de pós-graduação, ou de doutorado dentro de uma Universidade Federal. Lembrou que existe
458 todo um procedimento técnico para que isso aconteça. Discorreu sobre a existência de diversos cursos
459 na área de hidrologia no país e se posicionou contra a aprovação da moção. O Dr. Garrido comentou
460 que quando leu a Moção imaginou que os proponentes teriam, de alguma forma, interagido com o
461 Ministério da Educação, ponderando sobre Política Nacional de Educação e suas diretrizes. O
462 conselheiro Oscar enfatizou que não existia nenhum tipo de preconceito ou de alguma restrição a
463 qualquer Universidade, disse entender que pudesse ser feita uma Moção no sentido de se implantar
464 um curso de doutoramento na Região Nordeste em Hidrologia, mas sem citar A, B ou C, o que poderia
465 criar eventual constrangimento. Com a palavra o conselheiro Paim disse que não concordava com a
466 Moção, mas que não a via como uma ingerência indevida ao CNPq, que era apenas um pedido de
467 força. Disse que as Moções estavam vindo para o Conselho com dois pequenos problemas, um deles
468 era que ela não vinha acompanhada com a devida defesa, que esclarecesse de onde saíra exatamente
469 a solicitação, quem a acompanhou e motivou a discussão na CT. Em segundo lugar, disse que achava
470 complicado sugerir um dado curso específico, no nível de formação acadêmica, dentro de uma dada
471 Universidade. Acompanhou a sugestão do conselheiro Oscar no sentido de generalizar o texto para
472 fazer a Moção com muito mais consistência, do ponto de vista conceitual. Com a palavra o conselheiro
473 Cláudio Eduardo sugeriu que a Moção fosse encaminhada a CTCT para análise. O Dr. Garrido
474 agradeceu e encaminhou a matéria no sentido de retornar à CT, de forma a generalizar mais o pedido,
475 sugerindo não se detalhar o nível, porque isso seria uma competência da CAPES, se era doutorado,
476 mestrado, ou outro nível de pós – graduação, com o que concordou o Plenário. Entrando no **item 8**,
477 que trata da análise da Proposta de Moção ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e
478 Tecnologia, Ministério de Minas e Energia, Estado de Santa Catarina, Associação dos Municípios da
479 Região Carbonífera, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Comitê da Bacia Hidrográfica do
480 Rio Araranguá, referente à solicitação de adoção de medidas para a implementação do Programa de
481 Água Subterrânea na Bacia Carbonífera do Sul-Catarinense, o Dr. Garrido solicitou à conselheira
482 Regina para apresentar a matéria. A conselheira Regina informou que esse tema também foi fruto de
483 discussões no âmbito da CTAS e que o assunto era similar ao item 6 da pauta, passando a leitura do
484 encaminhamento do Dr. Simanke, informando que a CT recomendava a sua aprovação pelo CNRH. O
485 conselheiro Jaime Souza, representante dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Região Sul,
486 que agradeceu a conselheira Regina e enfatizou a importância do trabalho do CNRH. Disse que ficaria
487 muito satisfeito se o colegiado desse o mesmo encaminhamento que deu a Moção do item 6,
488 enaltecendo o trabalho da CPRM. O Dr. Garrido enfatizou a necessidade de se buscar articulação com o

489 DNPM, visto que a região era dotada de águas termais. Reportando-se a proposta do conselheiro
490 Jaime, que sugeria uma apresentação sobre o programa de águas subterrâneas na região carbonífera
491 de Santa Catarina, pela CPRM, na próxima reunião do CNRH, indagou se todos concordavam. Não
492 havendo manifestações contrárias, foi aprovado o proposto. Com a palavra o conselheiro Sarmento
493 que sugeriu que, na próxima reunião do CNRH, fossem convidados o maior número de comitês de
494 bacias envolvidos, no caso do Tubarão, Araranguá, São Francisco, comitês que estivessem constituídos
495 nas regiões interessadas. A sugestão também foi aceita pelo Plenário. Passando para o **item 9** da
496 Agenda de Trabalho, o Dr. Garrido convidou o conselheiro Oscar, Presidente da Câmara Técnica do
497 Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, para fazer a apresentação dos avanços do Plano
498 Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. O conselheiro Oscar ponderou que a intenção era de
499 periodicamente relatar o andamento dos trabalhos e obter um retorno dos conselheiros acerca do que
500 vinha sendo feito. Mencionou os documentos distribuídos junto com a convocação da reunião,
501 afirmando que se tratava do Panorama das Regiões Hidrográficas. Falou que estava sendo distribuído
502 naquele momento um segundo documento que na verdade vinha ser um breve resumo do que iria ser
503 tratado. Agradeceu a colaboração do Dr. Roberto Coimbra e do Dr. Lotufo, nas atividades da CT, assim
504 como ao GTCE - Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do PNRH, composto por técnicos da
505 SRH/ANA. Informou que todos os trabalhos feitos foram com recursos próprios das instituições que
506 participavam do referido Grupo, sem haver contratação de empresa ou consultoria nessa fase do
507 trabalho. Salientou que a CT estava produzindo documentos parciais e o que fora distribuído era uma
508 primeira versão, que tratava do Panorama das Regiões Hidrográficas e era um documento preliminar
509 para discussão. Pediu aos Conselheiros que analisassem o documento distribuído e fizessem as suas
510 observações. Falou dos avanços alcançados no último ano e da intensa participação dos setores
511 usuários. Informou que alguns setores como o de Transportes Aquaviários e o da Irrigação já haviam
512 produzido relatórios setoriais caracterizando os setores, esses relatórios ainda não haviam sido
513 analisados no âmbito da CT. Informou que fora criado um sub grupo no âmbito da CT para a definição
514 da base físico territorial/Divisão Hidrográfica. Disse que a próxima etapa seria apresentar uma visão
515 estratégica do Setor Usuário: Navegação, Irrigação, Produção de Energia e outros. O Dr. Garrido
516 agradeceu abrindo a palavra. O conselheiro Jair Sarmento aproveitou para cumprimentar o Presidente
517 da CT, salientando o grande trabalho integrado entre as instituições, numa visão pragmática, porque
518 os objetivos do Plano Nacional eram visivelmente muito ambiciosos, inclusive de difícil formulação
519 teórica e, no entanto, através dessas soluções, estavam se encontrando um caminho rico e denso de
520 conteúdo. O conselheiro Oscar estendeu a todos os membros da CT as observações formuladas,
521 enaltecendo o trabalho da Secretaria Executiva do CNRH. O Dr. Garrido questionou a abordagem sobre
522 águas subterrâneas. O conselheiro Oscar informou que existia o conceito das áreas especiais de
523 planejamento, e que questões como dos aquíferos, das águas subterrâneas, das transposições, dos
524 Eixos de Desenvolvimento, estavam contempladas no planejamento, visto que eram tão importantes
525 quanto a bacia e região hidrográfica. O conselheiro Aloísio informou que nas Áreas Especiais de
526 Planejamento não identificara a agricultura e a irrigação, questionando se estes segmentos estariam
527 em outro bloco. O conselheiro Oscar informou que havia um tópico sobre setores usuários. O
528 conselheiro Julio Thadeu disse que queria fazer duas considerações. A primeira era referente à questão
529 da Divisão Hidrográfica. Discorreu sobre essa atividade se reportando a Divisão Hidrográfica do antigo
530 DNAEE, a divisão hidrográfica do IBGE e ainda uma outra divisão que fora feita pela SRH no passado,
531 questionando o nível de informações a serem perseguidas pelo Plano. Salientou a importância de se
532 definir esta questão, pois os diversos órgãos estavam adotando, ora uma, ora outra para realizarem o
533 seu planejamento. A segunda consideração foi sobre o desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos
534 Hídricos. Fez um histórico dessas atividades, reportando-se ao Dr. Flávio Barth, falou que fora
535 contratada uma empresa para fazer o Plano, tecendo um paralelo com o PLANVASF. Abordou a
536 questão da dinâmica do Plano quanto à necessidade de constante atualização. Mencionou que essa
537 experiência de contratação de empresa havia demonstrado não ser a acertada, que o encaminhamento
538 desse assunto deveria ser outro, com as diversas entidades elaborando o seu próprio plano, na sua
539 área de atuação, com posterior reunião dessas informações, baseado na existência de um fluxograma,
540 aonde qualquer entidade que viesse a fazer uma intervenção dentro do Plano, no final resultasse num
541 produto coerente. Isso viria a simplificar, daria o dinamismo que se buscava ao Plano, e traria com
542 certeza uma sequência lógica à elaboração do mesmo. Finalizando, salientou a importância do
543 fluxograma, que no seu modo de ver era especial para que as atividades, que vinham sendo
544 desenvolvidas em paralelo, resultassem num produto final, num determinado período, solicitando ao
545 conselheiro Oscar que fizesse algum comentário nesse sentido. O Conselheiro Oscar, respondendo,
546 informou que havia feito uma leitura da Resolução nº 5, entendendo que a Divisão Hidrográfica caberia
547 ao Plano Nacional e que na ausência deste, a Secretaria seria encarregada disso e, na verdade, havia
548 uma expectativa expressa na Resolução, de que essa Divisão fosse proposta pelo Plano. Informou que
549 houvera um primeiro consenso referente à codificação dos cursos d'água, e que o custo maior para

incorporação nacional dessa metodologia seria por parte da ANEEL e da ANA, que teriam talvez que rever todos os seus cadastramentos de estações e publicações, mas que, em função da lógica da codificação, tanto a ANA, quanto a ANEEL estariam dispostas a incorporar esse custo e adotar essa codificação como sendo uma codificação usada para Divisão Hidrográfica, o que permitiria evoluções. Informou que havia um Grupo que trabalhava com a Divisão Hidrográfica de forma mais abrangente. Com relação a essa questão do fluxograma, informou que achava extremamente válido e enfatizou a importância de se ter uma visão de conjunto, de sequência de processo e que a idéia era perfeitamente assimilável. Disse que esse fluxograma já fora discutido na sua primeira versão no âmbito da SRH e da ANA, e que a idéia era que houvesse uma reunião específica da CT, para detalhar essa proposta de fluxograma. O Dr. Garrido agradeceu e informou que havia sido cumprida a pauta. Antes das palavras de encerramento, destacou que o Conselho era um grande Comitê Nacional de Recursos Hídricos, fórum de discussão, aberto a todos e que discutia sobre diversas matérias referentes a Recursos Hídricos, não só da convergência de idéias, mas também da divergência. Informou que a divergência tinha a faculdade de multiplicar as idéias. Reportou-se a uma reunião realizada no Amazonas, tratando da Política da Região Amazônica e não só Amazônia brasileira, mas também tópicos do Tratado de Cooperação Amazônica, englobando sete países, todos a exceção do Suriname, reportando-se a Divisão Hidrográfica Nacional e à Lei nº 9.433/97. Disse que acreditava que para Amazônia o nível de terceira ordem de comitê de bacia não seria suficiente, visto a magnitude da região, sugerindo que talvez a quinta ordem fosse a ideal, para permitir um módulo mais confortável de gestão de bacia. Recomendou ainda que, além da Divisão Hidrográfica que é puramente baseada nos divisores da água, na topografia, nas cristas topográficas, que acoplassem em duas camadas o mapa da hidrogeologia para que se tivesse a percepção, e, sobretudo, a perspectiva do trato da questão colocando o confronto da hidrologia com a hidrogeologia, e se não fosse cansativo, que se usasse também o mapa da pluviometria, porque aí teria as três camadas, dando uma noção mais segura do elemento formador da oferta de água em cada bacia hidrográfica, isso valeria como um ponto de uma reflexão do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. Agradeceu a todos pelas contribuições do dia, declarando encerrada a VIII Reunião Extraordinária do Conselho às dezessete horas e trinta minutos. Uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata será assinada por mim, Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho.

Aprovada na IX Reunião Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2002.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo

ANEXO I: Pauta

ANEXO II: Decreto Presidencial s/nº, de 8 de junho de 2002.

ANEXO III: Proposta de Resolução da Agência Nacional de Águas - ANA, que estabelece procedimentos a serem adotados para a emissão do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica, em atendimento ao estabelecido no Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001.

ANEXO IV: Portaria que prorroga o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

ANEXO V: Resolução que define novos membros para as Câmaras Técnicas de Análise de Projeto, Ciência e Tecnologia, Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras.

ANEXO VI: Palestra "Evolução na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos", apresentado pelo Presidente da CTPNRH.

ANEXO VII: Documento "Panorama das Regiões Hidrográficas".

ANEXO VIII: Relato sobre as atividades da CTPNRH.